EDITAL DE LEILÃO

A Excelentíssima Senhora Doutora Juíza do Trabalho **ANGELICA CANDIDO NOGARA SLOMP** do **NÚCLEO DE HASTAS PÚBLICAS DE CURITIBA/PR, FAZ SABER**, a todos os interessados, que será realizado **LEILÃO POR MEIO ELETRÔNICO** pelo Leiloeiro Oficial **PAULO ROBERTO NAKAKOGUE**, (Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L), no site <https://www.nakakogueleiloes.com.br>, para alienação do(s) bem(ns) abaixo descrito(s), a ser realizado no dia **11 de novembro de 2025, (1º Leilão)**, a partir das 10:00 horas, por valor superior ao da avaliação. Caso seja negativo o primeiro leilão, desde logo fica designado o dia **18 de novembro de 2025 (2º Leilão)**, a partir das 10:00 horas ocasião em que a arrematação do bem poderá ocorrer por até 50% do valor da avaliação.

Autos nº. 3661700-24.1996.5.09.0006 - ATOOrd
Vara NUCLEO HASTAS PUBLICAS
Exequente (01) RODERLEI CASSILHA DOS SANTOS (CPF/CNPJ 743.074.369-20)
Adv. Exequente Anselmo Maschio (OAB/PR 12.584)
Executado (a) (01) ALLCANIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (CNPJ 82.342.247/0001-50)
Executado (a) (02) ALDO NEVES AMARANTE (CPF/CNPJ 320.975.149-87)
Executado (a) (03) ORLANDO NEVES AMARANTE (CPF/CNPJ 322.678.609-10)
End. da Guarda (01) Rua Presidente Castelo Branco, 649, Canguiri, Colombo/PR
Penhora realizada 22/08/2024 (fls. 371/375)

Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 250.000,00

Lote de terreno sob nº 124 (cento e vinte e quatro) da quadra 06 (seis) da Planta Jardim Santa Mônica, situado no lugar denominada Rincão Grande, Colombo. Imóvel com os seguintes característicos: Frente: medindo 20,00m. de frente para a rua nº 02, lado direito, medindo 30m. confrontando com o lote nº 125. lado esquerdo: medindo 30m. confrontando com o lote nº 123. Fundos: medindo 20m. confrontando com a área de preservação. Área total 600,00 m². Benfeitorias/Acessões: Não há. Está localizado imediatamente ao lado direito da residência de nº 625, de quem observa da rua Presidente Castelo Branco, sendo o segundo terreno após a curva da rua, conforme indicado no croqui anexo oriundo de outros autos. Constatei também que não há marco divisório entre o terreno da residência do nº 625 e imóvel objeto da avaliação, havendo apenas cerca demarcatória ao lado direito do lote objeto da penhora. Imóvel Matrícula nº 19.698 do CRI de Colombo/PR. Venda Ad Corpus.

Total da Avaliação R\$ 250.000,00

ÔNUS CONSTANTES DA MATRÍCULA: Matrícula - Bem nº 1

R.2/19.698 – COMPRA E VENDA – Adquirentes: ORLANDO NEVES AMARANTE e s/m SONIA APARECIDA FANELI AMARANTE; ALDO NEVES AMARANTE e s/m SONIA ALICE DIAS AMARANTE. Transmitente: HAUER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

R.3/19.698 – HIPOTECA – Devedor: ALLCANIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, Intervinentes Hipotecantes: ALDO NEVES AMARANTE e s/m SONIA ALICE DIAS AMARANTE e ORLANDO NEVES AMARANTE e s/m SONIA APARECIDA FANELI AMARANTE. Intervinentes Garantidores: ALDO NEVES AMARANTE e ORLANDO NEVES AMARANTE, dão em primeira, única e especial hipoteca ao BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A.

R.4/19.698 – PENHORA – 16ª Vara Federal de Curitiba/PR, Autos 0002255-41.1994.4.04.7000 (94.2255-7). Credor: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devedor: ALLCANIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA e outro.

R.5/19.698 – PENHORA – Vara Cível de Colombo/PR, Autos: 354/97 de Carta Precatória, Credor: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A. Devedor: ALDO NEVES AMARANTE e Outra.

R.7/19.698 – PENHORA – Vara Cível e Anexos Colombo/PR, Autos Carta Precatória: 13/2000, Credor: FAZENDA NACIONAL. Devedor: ALLCANIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

R.8/19.698 – PENHORA – 16ª Vara Federal de Curitiba/PR, Autos 0002255-41.1994.4.04.7000 (94.2255-7). Autos de Carta Precatória nº 338/98, Credor: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devedor: ALLCANIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA.

R.9/19.698 – RETIFICAÇÃO – 16ª Vara Federal de Curitiba/PR, Autos 0002255-41.1994.4.04.7000 (94.2255-7)., Credor: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Devedor: ALLCANIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA – MASSA FALIDA, vem retificar o R.4 desta matrícula, para

constar como penhorada apenas a parte ideal do imóvel pertencente ao Sr. ALDO NEVES AMARANTE.

AV. 11/19.698 – INDISPONIBILIDADE – 17ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos NPU: 08031-1995-651-09-001, Executado: ORLANDO NEVES AMARANTE, referente a parte que lhe cabe desta matrícula.

AV. 12/19.698 – INDISPONIBILIDADE – 17ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos NPU: 1416500-61.1995.5.09.0001, Executado: ALDO NEVES AMARANTE, referente a parte que lhe cabe desta matrícula.

AV. 13/19.698 – INDISPONIBILIDADE – 1ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos NPU: 14165-1995.001-09-006, Executado: ALDO NEVES AMARANTE, referente a parte que lhe cabe desta matrícula.

AV. 16/19.698 – INDISPONIBILIDADE – 10ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos NPU: 17009-1996-010-09-009, Executado: ORLANDO NEVES AMARANTE, referente a parte que lhe cabe desta matrícula.

AV. 17/19.698 – INDISPONIBILIDADE – 4ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos NPU: 2716500-59.1995.5.09.0004, Executado: ALDO NEVES AMARANTE, referente a parte que lhe cabe desta matrícula.

AV. 19/19.698 – INDISPONIBILIDADE – 17ª Vara Cível de Curitiba/PR, Autos: 0000344-36.1995.8.16.0001, Executado: ORLANDO NEVES AMARANTE e ALDO NEVES AMARANTE.

R.21/19.698 – PENHORA – Vara da Fazenda Pública de Colombo/PR, Autos: 0002290-43.2018.8.16.0193 , Credor: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR. Devedor: ORLANDO NEVES AMARANTE, parte ideal do imóvel.

R.22/19.698 – PENHORA – Vara da Fazenda Pública de Colombo/PR, Autos: 0020329-74.2013.8.16.0028 , Credor: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR. Devedor: ORLANDO NEVES AMARANTE, parte ideal do imóvel.

AV. 23/19.698 – INDISPONIBILIDADE – 6ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos: 3661700-24.1996.5.09.006, Executado: ALDO NEVES AMARANTE, parte ideal do imóvel.

AV. 24/19.698 – INDISPONIBILIDADE – 6ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos: 3661700-24.1996.5.09.006, Executado: ORLANDO NEVES AMARANTE, parte ideal do imóvel.

R.25/19.698 – PENHORA – 6ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos: 3661700-24.1996.5.09.0006 , Credor: RODERLEI CASSILHA DOS SANTOS. Devedores: ALLCANIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA; ALDO NEVES AMARANTE e ORLANDO NEVES AMARANTE.

R.26/19.698 – PENHORA – Vara da Fazenda Pública de Colombo/PR, Autos: 0002290-43.2018.8.16.0193 , Credor: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR. Devedor: ORLANDO NEVES AMARANTE.

R.27/19.698 – PENHORA – Vara da Fazenda Pública de Colombo/PR, Autos: 0001150-57.2013.8.16.0028 , Credor: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR. Devedor: ORLANDO NEVES AMARANTE.

R.28/19.698 – PENHORA – 6ª Vara do Trabalho de Curitiba/PR, Autos: 3661700-24.1996.5.09.0006 , Credor: RODERLEI CASSILHA DOS SANTOS. Devedor: ALLCANIS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA e Outros (2).

O leilão será realizado exclusivamente em modo eletrônico (Resolução CNJ 236/2016), assegurada a possibilidade de apresentação prévia de lances pela internet com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência da data do leilão.

Por se tratar de leilão eletrônico, o período para realização da alienação eletrônica será definido e anunciado pelo leiloeiro no seu site. Ofertado lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham a oportunidade de ofertar novos lances. (Resolução CNJ 236/2016, Art. 21).

Nos dias e horários de início, os lotes serão apregoados um a um, de forma sequencial no site do leiloeiro.

Não será admitido sistema no qual os lances sejam realizados por correio eletrônico (e-mail) e posteriormente registrados no site do leiloeiro, assim como qualquer outra forma de intervenção

humana na coleta e no registro dos lances. Nesse sentido, tampouco serão aceitas propostas condicionais após o término do leilão.

O período para a realização da alienação judicial eletrônica (art. 886, IV) terá sua duração definida pelo leiloeiro nomeado.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes da data designada para a alienação judicial, e para os imóveis a venda será ad corpus, devendo o interessado certificar-se de suas condições antes de ofertar seu lance. O arrematante assume a responsabilidade por eventual regularização que se fizer necessária. Deverá também certificar-se previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal aos imóveis, no tocante ao uso do solo ou zoneamento, passivo ambiental, e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação dos imóveis (art.1.331, §1º do CC). O arrematante deve certificar-se ademais do estado de ocupação do imóvel

O exequente poderá participar do leilão na qualidade de arrematante, em igualdade de condições com o maior lance, pessoalmente ou através de seu procurador, que deverá apresentar instrumento de mandato com poderes específicos. O lance do exequente deverá ser igual ou superior ao mínimo admissível (§ 1º do art. 888 da CLT);

Quando houver arrematação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza "propter rem" (taxas condominiais e IPTU), sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência (Art. 908, §1º, do CPC), sendo que o arrematante receberá o bem livre de impostos ou taxas cuja incidência seja a propriedade, o domínio útil ou a posse do referido bem (CTB, art. 328, §§9º e 10º, CTN, Art. 130, parágrafo único).

Serão de responsabilidade do arrematante os tributos provenientes da transmissão intervivos da propriedade imóvel (artigo 35, I, do CTN), cujo pagamento deverá ser comprovado perante o Oficial do Registro quando da apresentação da Carta para transmissão.

Os interessados em participar do leilão deverão cadastrar-se previamente no site do leiloeiro (<https://www.nakakogueleiloes.com.br>), no prazo de 48 horas antes do leilão, para a respectiva homologação, o que implicará em aceitação das regras da Resolução CNJ 236/2016, assim como as demais condições estipuladas no edital.

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro e solicitar habilitação, sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento.

Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal. A solicitação de habilitação implicará na aceitação da integralidade das condições estipuladas no edital.

Poderão ser apresentadas propostas para pagamento parcelado, com 25% de entrada e o remanescente em até 10 parcelas mensais, as quais deverão ser atualizadas mediante a aplicação da taxa SELIC (RECEITA FEDERAL) ao saldo devedor, mês a mês, para a recomposição das parcelas vincendas. Os valores referentes à entrada e das prestações vincendas deverão ser depositados em conta judicial à disposição do Juízo de execução, nas datas dos respectivos vencimentos, sendo de responsabilidade do arrematante a expedição das respectivas guias. Na hipótese de mora ou inadimplemento das parcelas, aplicar-se-á o disposto no artigo 895, §§ 4º e 5º,

do CPC (arts. 281 a 283 do Provimento Geral da Corregedoria Regional – TRT9). O parcelamento será garantido por hipoteca do próprio bem, por se tratar de bem imóvel.

Havendo arrematação, o leiloeiro lavrará e assinará de imediato o respectivo Auto de Arrematação, colhendo assinatura do arrematante, e o submeterá à apreciação e assinatura do Juiz, no prazo do art. 267 do Provimento Geral da Corregedoria Regional.

O lance será recolhido à conta judicial vinculada ao processo em que se deu a arrematação (processo piloto ou de execução), dentro de 24 (vinte e quatro) horas da conclusão do leilão, por meio de guia de depósito judicial, sob as penas do § 4º do art. 888 da CLT. (art. 268 do Provimento Geral da Corregedoria Regional).

Em caso de aceitação da proposta e deferimento da arrematação, a partir da assinatura do auto pelo Juiz, será a arrematação considerada perfeita, acabada e irretroatável (art. 903, do CPC).

Não sendo efetuados os depósitos, serão comunicados também os lances imediatamente anteriores, para que sejam submetidos à apreciação do juiz, na forma do art. 895, §§ 4º e 5º; art. 896, § 2º; arts. 897 e 898, sem prejuízo da invalidação de que trata o art. 903 do Código de Processo Civil. (art. 26 da Resolução CNJ nº 236/2016).

Incumbirá ao arrematante o pagamento dos honorários do leiloeiro fixados em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação (art. 884 do CPC e Art. 7º da Resolução CNJ 236/2016), observando-se, quanto às despesas de remoção e depósito, o disposto no art. 238 do Provimento Geral da Corregedoria Regional.

Em caso de remição da dívida, deverá a executada efetuar o pagamento das despesas do leiloeiro, as custas judiciais e honorários advocatícios se houverem, nos termos do art. 826 do CPC.

Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão, nos moldes fixados, conforme art. 7º, da Resolução 236/2016 do CNJ.

O leilão somente será suspenso com a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos, inclusive despesas processuais e do leiloeiro.

Autoriza-se o acesso do leiloeiro ou seus prepostos aos bens penhorados para as verificações de praxe, na companhia de eventuais interessados na sua aquisição, com o uso de reforço policial, se necessário.

Certidão negativa de venda poderá ser requerida pela parte interessada, diretamente ao leiloeiro.

Caso as partes (art. 889, parágrafo único do CPC), eventuais credores hipotecários, proprietários, coproprietários, usufrutuários, constantes no registro de imóveis, não sejam encontrados ou cientificados, por qualquer razão, das datas do leilão quando da expedição da intimação respectiva, esta considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

Curitiba, 25 de Agosto de 2025.

PAULO ROBERTO NAKAKOGUE
Leiloeiro Público Oficial